



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

DECISÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAIS
LEI 13.019/2014
TERMO DE FOMENTO Nº 137/2023

Organização da Sociedade Civil (OSC): Associação Corpo de Bombeiros Voluntários - IMICOL

O presente Termo de Fomento nº 137/2023, neste momento vem para conforme fundamento legal estabelecido no artigo 3º, inciso IX do Decreto Municipal nº 1.628/2017, que regulamenta no âmbito da administração pública municipal, o regime jurídico das parcerias instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014, realizarmos análise e julgarmos a referida parceria quanto a sua aplicação nas prestações de contas finais.

Há apresentação do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação Final, exarado pela respectiva Comissão nomeada.

O relatório quanto a execução do objeto se concluiu que a OSC, conseguiu atingir com suas metas e objetivos de maneira satisfatória. Neste sentido, outrossim, quanto a avaliação da eficácia e efetividade das ações, a OSC, restou comprovada seu cumprimento.

A execução financeira, da OSC, no valor de R\$75.000,00; alocados conforme as metas estabelecidas.

Ao final do Relatório, a Gestora conclui pela regularidade da prestação de contas da OSC, com ressalvas.

A Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, apresenta Parecer Final, aprovando e homologando o relatório da Gestora, já anteriormente mencionado.

Conclui-se, portanto, que os recursos fornecidos foram devidamente utilizados quanto ao apresentado no plano de trabalho da entidade.

Levando-se em análise, os Relatórios da Comissão e sobretudo, o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação Final, em conjunto com o Parecer Final e com o Parecer Técnico Conclusivo, sobre seus próprios fundamentos, avaliamos o seguinte.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Diante de todo processo avaliamos que as prestações de contas devem ser consideradas **APROVADAS COM RESSALVAS**, conforme art. 69, §5º, II, combinado com art. 72, II da Lei 13.019/2014:

Art. 69. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano:

§ 5º A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos nesta Lei, devendo concluir, alternativamente, pela:

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas;

.....

Art. 72. As prestações de contas serão avaliadas:

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário

Portanto, a prestação de contas e a execução do Plano de Trabalho devem ser consideradas **APROVADAS COM RESSALVAS**, quanto a forma e conteúdo, conforme fundamento no art. 69, §5º, inciso II e art. 72, II da Lei Federal nº 13.019/2014, combinado com o art. 3º, inciso IX do Decreto nº 1.628/2017.

Proceda-se encaminhamento em seus ulteriores termos.

Imigrante, 08 de agosto de 2024.

GERMANO STEVENS
PREFEITO MUNICIPAL DE IMIGRANTE

Registre-se e
Publique-se